



Mutirão Verde:
1.000 ações em um dia

Cílios do Ribeira: mais qualidade de vida no Vale



Socorro: organização é a chave para preservar a natureza

Educação: por uma visão mais ampla da educação ambiental



JORNAL MataCiliar

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ano 1 • Edição nº 6 • Outubro 2007

www.ambiente.sp.gov.br

ENTREVISTA

► Milton Sussumu Nomura

“A Polícia Militar Ambiental tem como atribuição constitucional a prevenção e a repressão diante das degradações cometidas contra o meio ambiente.”

Ações conjuntas, benefício comum

A recuperação e a conservação das matas ciliares só são possíveis se forem consideradas dentro do território como um todo, ou seja, no espaço da microbacia em que estão inseridas. Não adianta reflorestar uma área ciliar, se o solo em volta não está sendo bem manejado, pois essa mata, sozinha, não será suficiente para assegurar a saúde da microbacia. Por conta disso, a parceria entre o **Projeto de Recuperação de Matas Ciliares** com o **Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH)** tem sido fundamental para o sucesso das iniciativas. O PEMH é um programa do governo do Estado de São Paulo, com o apoio do Global Environment Facility (GEF) e o Banco Mundial, executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, através da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Segundo Helena Carrascosa, coordenadora do Projeto Matas Ciliares na Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a recuperação das matas ciliares beneficia toda a sociedade, mas a ação tem de ser feita na propriedade de al-

guém. “O produtor tem o benefício, mas também o ônus de ter sua área produtiva reduzida. No entanto, se houver uma ação integrada com outras ações que aumentem sua produtividade, ele pode aumentar sua renda recuperando a mata ciliar. Por exemplo, se o manejo for adequado, ele pode ter mais gado em menos área de pastagem. Como o Programa de Microbacias prevê um conjunto de ações do Estado para adequar áreas produtivas, podemos ter os aspectos ambientais e econômicos no mesmo pacote”.

O objetivo do Programa de Microbacias, conforme o engenheiro agrônomo Francisco Eduardo Bernal Simões, coordenador da CATI, é promover o desenvolvimento rural sustentável no Estado – por meio da implantação de sistemas de produção que garantam a sustentabilidade ambiental e socioeconômica – com a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento, intervenção e análise.

Instituído em 1977, o programa teve como diretriz inicial a conservação do solo e a adequação de estradas rurais. A partir de dezembro de 1999, com o

empréstimo do Banco Mundial, o programa entrou em uma nova fase, na qual estão sendo trabalhadas 966 microbacias. Os produtores e suas famílias identificam as poten-

Helena Carrascosa:
“Trabalho conjunto entre as Secretarias do Meio Ambiente e da Agricultura mostra que agricultura e meio ambiente não são antagônicos, mas complementares”

cialidades, os problemas e priorizam as ações que configuram o plano de cada uma das microbacias.

Entre as principais ações desenvolvidas pelo programa estão: estimular e sensibilizar as famílias de agricultores, as comunidades rurais e a população urbana dos municípios para a necessidade de conservar os recursos naturais; planejar, em conjunto com os produtores, as ações a serem desenvolvidas nas propriedades; capacitar e organizar os produtores para aprimorar a gestão de suas unidades de produção, considerando a sustentabilidade; capacitar os produ-

tores e suas famílias e as equipes executoras do programa.

Além disso, práticas integradas de conservação do solo são incentivadas, como a construção de cercas para proteger as áreas de matas ciliares; o sistema de divisão de pastagens; o terraceamento; a calagem; a construção de fossas sépticas, a aquisição comunitária de equipamentos; a construção de abastecimentos comunitários; e a adequação de trechos críticos de estradas rurais. Também há o apoio à fiscalização da aplicação da lei do uso do solo feito pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária.

Segundo Simões, as 966 microbacias correspondem a uma área de três milhões de hectares, com 69.814 famílias rurais. “Nessas áreas, foram investidos recursos da ordem de R\$ 120 milhões na execução de práticas conservacionistas em mais de 80 mil hectares; a adequação de aproximadamente 1.600 quilômetros de trechos críticos de estradas rurais; e o fortalecimento das organizações, beneficiando diretamente cerca de 40 mil produtores e suas famílias. Para recuperar as matas ciliares, foram



Foto aérea de uma região agrícola em que são preservadas as matas ciliares e os rios

plantadas 3,4 milhões de mudas de espécies florestais nativas doadas pelo PEMH.”

O engenheiro agrônomo diz que a atuação da CATI nas 15 microbacias-piloto do Projeto Matas Ciliares é representada por ações regulares do programa na forma de extensão rural (elaboração e aplicação dos planos de microbacia e dos planos individuais de propriedade), incentivos financeiros aos produtores rurais que adotam práticas conservacionistas, e fornecimento de mudas de espécies nativas para reflorestar matas ciliares dentro dos padrões a serem testados e validados pelo projeto.

A parceria entre o PEMH e o Projeto Matas Ciliares, na opinião de Simões, “tem

contribuído para maior integração das ações das Secretarias de Agricultura e do Meio Ambiente, gerando frutos importantes, como o Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Microbacias II). Esse Programa está em fase de construção, numa parceria do governo do Estado com o Banco Mundial, e será executado em conjunto pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da CATI, e pela Secretaria do Meio Ambiente”.

Para Helena Carrascosa, “a grande diferença é que os programas anteriores foram juntados, mas este já está nascendo junto, com o trabalho conjunto das duas secretarias, mostrando que agricultura e meio ambiente não são antagônicos, mas complementares”.





Tendas temáticas no Parque Villa-Lobos, na capital

Em busca do verde

Durante todo o dia 21 de setembro (Dia da Árvore) foram realizadas mais de mil atividades em todo o Estado de São Paulo dentro do Mutirão Verde, primeira grande ação do governo do Estado com a finalidade de concentrar esforços da população em prol do verde. As atividades envolveram cerca de 500 escolas, mais de 200 prefeituras, quase uma centena de organizações não-governamentais (ONGs) e cerca de 100 atividades da Polícia Ambiental. Essas ações somaram-se às mais de 200 realizadas pelas próprias unidades ligadas à Secretaria do Meio Ambiente (SMA), como as agências da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) e as unidades de conservação



administradas pela Fundação Florestal e Instituto Florestal, e outras secretarias estaduais. O Mutirão Verde foi organizado pela Secretaria do Meio Ambiente, em parceria com a Secretaria da Educação e foi lançado no Parque Villa-Lobos, na capital, com a presença de autoridades, ambientalistas e cerca de 350 estudantes. Durante o evento, o secretário do Meio Ambiente, Xico Graziano, anunciou a assinatura da resolução do Projeto Desmatamento Zero, determinando, no prazo de 180 dias, a revisão dos critérios técnicos e a definição de novos parâmetros para a concessão de autorizações para supressão de vegetação nativa para cada bioma presente no Estado. ▶



Ilustração: Ricardo Martins

► Vale do Ribeira

Vale lança Cílios do Ribeira

O Vale do Ribeira, no sul de São Paulo, abriga a maior extensão contínua e conservada da Mata Atlântica no Brasil: 78% dele ainda está coberto por remanescentes originais, com alto grau de preservação e endemismo (espécies que só ocorrem ali). No entanto, mesmo esse paraíso de biodiversidade não está livre do desmatamento e, segundo o biólogo Clodoaldo Gazzetta, do Instituto Ambiental Vidágua, nos últimos 20 anos, “a região teve 11 mil hectares de florestas destruídas, causando perda da biodiversidade, assoreamento dos rios e comprometimento da renda das comunidades locais, principalmente devido à redução dos estoques pesqueiros”.

Para tentar reverter essa tendência, em uma parceria entre o Vidágua e o Instituto Socioambiental (ISA), foi lançada em setembro a Campanha **Cílios do Ribeira**, cujo objetivo principal é garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira, essenciais à população que habita o vale. A iniciativa envolve mais de 40

instituições públicas e segmentos sociais da região e pretende desenvolver nos próximos dois anos um conjunto de ações para garantir a proteção das águas.

Nilto Tatto, do ISA, um dos coordenadores da campanha ao lado de Gazzetta, conta que o movimento começou em 2004 com um seminário no qual as duas organizações se comprometeram a desenvolver o projeto, depois que um levantamento (Projeto APP), realizado em 2003, pela SOS Mata Atlântica, o Comitê de Bacia Hidrográfica Ribeira de Iguape, a Fehidro, o Instituto Florestal, o Instituto Socioambiental, a Vidágua e a ArcPlan, mostrou a real situação das matas ciliares na região.

Segundo o estudo, o Vale do Ribeira possui um déficit de mata ciliar da ordem de 10.542,85 hectares. Outros 1.054,14 ha, também desmatados, são ocupações já consolidadas, com cidades, estradas e áreas antropizadas mais densas. De acordo com Tatto, a estratégia para os próximos dez anos é recuperar 1.243,33 ha de Áreas de Preservação Permanente (APPs), que hoje estão abandonadas do ponto de vis-



O vale tem um déficit de mata ciliar de 10,5 mil ha

ta econômico. Desse total, 143,46 ha correspondem a áreas denominadas “campo sujo” – áreas abandonadas ou sem uso econômico –, e 199,87 ha são de áreas de solo exposto com alto grau de degradação.

ESCOLHA DO NOME

Um concurso envolvendo cerca de dois mil alunos de 29 escolas públicas de 14 municípios do Vale do Ribeira escolheu o nome dado à campanha. O nome escolhido, Cílios do Ribeira, foi criado pela estudante Raquel Hellen do Nascimento, de 17 anos, que cursa a 3ª série do ensino médio na Escola Estadual Professor Luiz Darly Gomes de Araújo, no Município de Barra do Turvo. Raquel e sua professora, Lenisa Maria dos Passos, receberam como prêmio um computador cada uma.

Entre as metas da campanha estão: ampliar os estudos técnicos sobre as APPs, em especial das

matas ciliares da porção paranaense da Bacia do Ribeira; prospectar novos fundos de financiamento para projetos de proteção das florestas ciliares e mananciais da região; mobilizar e engajar os setores públicos e sociais para participarem das ações de recuperação ambiental da Bacia; produzir e disponibilizar informações técnicas para proteger, manter e recuperar das matas ciliares; recuperar 120 ha de mata ciliar, divididos pelos 30 municípios entre São Paulo e Paraná; produzir 230 mil mudas de essências florestais nativas; gerar trabalho e renda para as comunidades locais nos processos de reflorestamento e produção de mudas; capacitar 250 técnicos locais em atividades de produção de mudas e sementes; e envolver diretamente 93 escolas públicas do Vale do Ribeira nas ações de educação ambiental. ▶

► Educação Ambiental

Novo conceito de educação ambiental

O Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) criou uma comissão de educação ambiental, composta por nove conselheiros, com o objetivo



A Política de Educação Ambiental deve servir para conscientizar e mobilizar a sociedade

de acompanhar e contribuir com propostas para a minuta de Política Estadual de Educação Ambiental de São Paulo (PEEA-SP). A criação da comissão foi decidida durante a 238ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho, em São Paulo, em agosto, após a apresentação da minuta do projeto de lei da PEEA-SP pela diretora do Departamento de Educação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente (SMA), Maria de Lourdes Rocha Freire.

Freire explicou que a Política de Educação Ambiental deve servir para conscientizar e mobilizar toda a sociedade, com

diretrizes de ações de educação ambiental, e nortear os programas e projetos, além dos recursos provenientes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e do Banco Mundial. “Há dois anos, a Rede Paulista de Educação Ambiental (Repea) e a Secretaria da Educação, com o apoio da SMA, vêm trabalhando para levar à sociedade a discussão pública da minuta do projeto de lei”, disse. Para tanto, foram realizados eventos, encontros e reuniões e o último deles, o III Encontro Estadual de Educação Ambiental em São Paulo, aconteceu em julho, na cidade de São José do Rio



Centro de Referências de Educação Ambiental no Parque da Água Branca (SP)

Preto, quando a proposta da política foi entregue oficialmente ao secretário de Meio Ambiente, Xico Graziano, e a um representante da Assembleia Legislativa de São Paulo, para futura votação e aprovação.

A discussão foi baseada na Política Nacional de Educação Ambiental, que

já existe. No caso de São Paulo, a política propõe conceituar a educação ambiental de maneira mais ampla, preocupada não apenas com o meio ambiente e a natureza, mas ligada à qualidade de vida e às questões sociais. No texto, a definição de educação ambiental engloba “os processos per-

manentes de aprendizagem, formação individual e coletiva para reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando à melhoria da qualidade de vida e à relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra”. ▶

Organização para preservar a natureza

Localizada na Serra da Mantiqueira, a 132 quilômetros da capital, Socorro é um município bonito e montanhoso, que faz jus ao slogan “Caminhos da Natureza”. Com 33.700 habitantes, o turismo é hoje a principal atividade, impulsionado pelas mais de 400 malharias e pela chegada do turismo rural e ecológico, com pesqueiros, centros de lazer e hotéis fazendas, além da prática de esportes de aventura que está em constante crescimento.

Nesse ambiente voltado para a natureza no qual a maior atração é o Rio do Peixe, principal afluente do Rio Mogi-Guaçu, é natural a preocupação com a recuperação das matas ciliares do município. Escolhida como uma das 15 microbacias do Projeto de Recuperação de Matas Ciliares, em que estão sendo implantados projetos demonstrativos, a microbacia Ribeirão do Meio engloba quatro bairros de Socorro: dos Buenos, dos Marianos, dos Pereiras e do Ribeirão do Meio, cobrindo uma área de 1.200 hectares, com 150 proprietários rurais.

O carro-chefe da agricultura local é o morango, cuja festa, realizada em julho, já é uma das tradições da cidade. O crescimento da produção orgânica, inclusive de morangos, é outro destaque. Tanto que a entidade executora do projeto na microbacia é a Associação dos Moradores e Produtores Organo-Agrícolas da Microbacia Ribeirão do Meio de Socorro. Seus membros gostam de lembrar que foram os primeiros a assinar



o contrato com a Secretaria do Meio Ambiente para executar a recuperação de matas ciliares. “Somos o contrato 001/2007”, lembra o agricultor Carlos Rodrigues de Moraes Júnior, coordenador do projeto na microbacia.

Segundo Adriana Felipim, supervisora do projeto na Bacia Mogi-Guaçu, também são parceiros do Projeto Matas Ciliares em Socorro a prefeitura, a Casa de Agricultura da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e a organização não-governamental Projeto Copaíba, responsável pelo fornecimento das mudas para o plantio.

Na primeira fase de plantio, foi restaurada uma área de 2,43 ha. A ação aconteceu em oito áreas e foram utilizadas mais de três mil mudas. A bióloga Flávia Balderi, coordenadora do viveiro do Projeto Copaíba, conta que

A recuperação das matas ciliares é fundamental para manter a qualidade de vida e o potencial turístico de Socorro

foram plantadas cerca de 50 espécies diferentes – todas nativas da região como cedro, copaíba, jatobá e cabreúva. O objetivo, ao longo do projeto, porém, é chegar a, no mí-

nimo, 80 espécies. “Nossa produção no viveiro é de cerca de cem espécies, mas nem sempre se consegue a quantidade de espécies desejadas em uma mesma época. Além disso, para garantir a diversidade genética das mudas, trabalhamos com um mínimo de 12 matrizes de cada espécie. Isso garante uma maior resistência das plantas destinadas ao plantio”, esclarece.

A restauração foi iniciada em fevereiro, com o cercamento de todas as áreas. Foram construídos pelo projeto mais de 1.500 metros de cerca e só depois disso foi dado início ao plantio nas oito áreas. A mão-de-obra é composta pelos próprios moradores e produtores rurais, residentes na microbacia, e grande parte dos insumos, meios de transporte e demais necessidades do projeto, como moirões de cerca, compostos orgânicos, trator, carreta, também foram adquiridos localmente. Em substituição ao adubo químico, a associação executora optou pela uso de composto orgânico nos plantios. Os produtores rurais da microbacia produzem o composto e a associação o compra para utilizar nos plantios do projeto.

Para o próximo período de águas, que está começando, Adriana Felipim conta que haverá restauração em mais sete propriedades, entre elas o Hotel Portal do Sol. Segundo Moraes Júnior, os projetos estão em fase de orçamento e assinatura de contratos e, logo que forem liberados, será dado início aos trabalhos de recuperação das matas ciliares. ▀



Com organização e união de moradores e produtores rurais, foi possível realizar ações de restauração na microbacia Ribeirão do Meio

Alternativa orgânica

Produtor de melado e açúcar mascavo, todos orgânicos, Carlos Rodrigues de Moraes Júnior, coordenador da recuperação de matas ciliares na microbacia Ribeirão do Meio, diz que a agricultura orgânica foi iniciada na microbacia há sete anos, com um grupo de agricultores da Associação Bairro dos Pereiras, que é formado basicamente por membros de uma só família. Na produção, destacam-se, além da cachaça, também morangos e hortaliças, como milho verde e berinjela. Os produtos são vendidos em um único ponto de venda, o Empório Nova Vida, que fica no próprio bairro e é também sede da Associação dos Moradores e Produtores Organo-Agrícolas da Microbacia Ribeirão do Meio.

Com certificação desde 2002, os produtores orgânicos recebem muitas visitas de turistas em suas propriedades e mostram como é realizada a produção orgânica, conseguindo com isso mais uma fonte de renda. “Costumo receber visitantes e mostrar todo o processo do



Sem agrotóxicos, morangos de Socorro ganham certificação orgânica

alambique, desde a moagem da cana até o processo final”, conta Moraes Júnior.

Segundo o produtor, a opção pela agricultura orgânica surgiu com a observação de que era preciso agregar valor ao produto e que estava ficando cada vez mais difícil trabalhar com a agricultura tradicional, muito dependente de defensivos agrícolas. “Os agrotóxicos vão ficando cada vez mais fortes, trazendo complicações para quem lida com eles e para quem consome os produtos”, avalia. Conforme o IBD, um produto orgânico é muito mais que um produto sem agrotóxicos e sem aditivos químicos. É o resultado de um sistema de produção agrícola que busca manejar

de forma equilibrada o solo e os demais recursos naturais (água, plantas, animais, insetos e outros), conservando-os no longo prazo e mantendo a harmonia desses elementos entre si e com os seres humanos. Para ofertar ao consumidor alimentos saudáveis e nutritivos, o agricultor deve trabalhar em harmonia com a natureza, recorrendo aos conhecimentos de diversas ciências, como a agronomia, a ecologia, a economia e outras. A produção orgânica obedece a normas rígidas de certificação que exigem, além da não utilização de agrotóxicos, cuidados com a conservação e preservação dos recursos naturais e condições adequadas de trabalho. ▀

Gruta do Anjo Cachoeira Rancho Alegre Pôr-do-sol na Bela Vista Rio do Peixe Cachoeira Pinhal



O município de Socorro faz jus ao nome “Caminhos da Natureza”

BANCO DE ÁREAS

Se você possui áreas degradadas e deseja recuperá-las sem custo, acesse o site : www.ambiente.sp.gov.br/mataciliar

BANCO DE ÁREAS PARA RECUPERAÇÃO FLORESTAL

Atuação voltada para a prevenção

Criada em 14 de dezembro de 1949, com um efetivo de menos de 20 homens, a Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo conta atualmente com aproximadamente dois mil policiais e 116 bases distribuídas em todo o Estado. Sua atuação principal consiste em verificar a legalidade da situação ambiental de atividades diversas. No caso de irregularidades e ilegalidades, pode promover o embargo, multar, apreender e até deter os infratores, que são responsabilizados por crimes ambientais, em média, por um a três anos. A fiscalização está relacionada, entre outras atividades, ao desmatamento, à pesca e à mineração. Além de reprimir as infrações, outra ação que



Polícia Militar Ambiental: 80% das atividades são preventivas

tem merecido maior atenção por parte dos policiais ambientais de São Paulo está relacionada à prevenção: 80% das atividades desenvolvidas pela instituição são preventivas, ao passo que apenas 20% são repressivas. Entre essas atividades estão a educação ambiental em escolas, universidades e eventos variados, que já atingiram mais de 1,5

milhão de pessoas.

A Polícia Ambiental tem várias bases móveis e 11 veículos destinados exclusivamente à educação ambiental. Além disso, trabalha diretamente com os demais órgãos ligados a essa área, como a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, em seus diversos setores. Entre as prioridades da corporação está o monitoramento das Áreas

de Proteção Permanente (APPs), como os mananciais e as matas ciliares, o que faz da instituição uma importante aliada do Projeto de Recuperação de Matas Ciliares. Somente em 2006, os policiais ambientais realizaram 1.320 autos de infração em APPs e embargaram um total de aproximadamente 933 hectares, em que predominava a vegetação rasteira. ▶



Em defesa das matas ciliares

A Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo está preparando um plano-piloto de monitoramento de matas ciliares do Estado, que deve ser colocado em prática em breve. Nesta entrevista, o chefe de Divisão Administrativa e Operacional da corporação, Major PM Milton Sussumu Nomura, falou ao Jornal Mata Ciliar:

Jornal Mata Ciliar – Qual é o papel da Polícia Ambiental no Projeto de Recuperação de Matas Ciliares?

Milton Sussumu Nomura – A Polícia Militar Ambiental tem como atribuição constitucional a prevenção e a repressão de degradações cometidas contra o meio ambiente. No Projeto Matas Ciliares, o seu papel concentra-se no desencadeamento de ações operacionais de prevenção às intervenções nessas áreas. Essa prevenção efetiva-se com a tradicional presença ostensiva dos policiais militares ambientais, associada às campanhas de educação ambiental. As medidas de repressão são protagonizadas à medida que se verificam intervenções ilegais, ocasiões em que são deflagrados os mecanismos de responsabilização administrativa, penal e civil.

JMC – Como é a atuação da Polícia Ambiental em relação às matas ciliares?

MSN – O monitoramento das matas ciliares se dá por meio de incursões terrestres, com a utilização de veículos ou mesmo de diligências a pé. Por vezes, esse monitoramento só se torna possível por meio aquático e, nessas circunstâncias, são utilizadas patrulhas embarcadas, que navegam ao longo dos mais diversos ambientes aquáticos. O policiamento ambiental com apoio de aeronaves também tem sido um instrumento fundamental, aumentando a eficácia de nossas ações. Com o emprego de aeronaves, grandes extensões são percorridas num reduzido espaço de tempo.

JMC – A Polícia Ambiental está preparando um plano de monitoramento em uma área piloto. Onde e como será realizado esse plano?

MCN – A proposta da Polícia Militar Ambiental dentro do Programa Estratégico da Mata Ciliar consiste na eleição de um plano-piloto que, inicialmente, será na região de Franca. Nessa região, serão eleitos os principais cursos de água que passarão a ser monitorados, observando-se os seguintes passos: a eleição do manancial; sobrevôo com a identificação fotográfica e georreferenciamento das áreas sob intervenção; vistoria terrestre da área sob intervenção e levantamento georreferenciado do perímetro da área; definição das medidas saneadoras; vistoria aérea para verificação das medidas eventualmente implementadas com vistas à recuperação; acompanhamento aéreo do andamento dos mecanismos de recuperação.

JMC – Quando o plano-piloto entrará em operação?

MCN – A deflagração do plano-piloto só depende de uma disponibilidade de aeronave, o que deverá ocorrer em breve. ▶

Nos caminhos da biodiversidade paulista

Produzido por especialistas da Secretaria do Meio Ambiente e organizado pelo jornalista Marcelo Leite, o livro **Nos caminhos da biodiversidade paulista** contou com o apoio do Projeto de Recuperação de Matas Ciliares para resgatar as informações coletadas pelas expedições exploratórias organizadas pela Comis-

são Geográfica e Geológica de São Paulo, na passagem dos séculos XIX e XX. Lançada em setembro, a publicação descreve essas expedições como grandes aventuras, nas quais os estudiosos se deparavam com todo tipo de dificuldade, como malarria, enormes corredeiras e índios isolados. Rica-mente ilustrada, com fotos atuais e da época das expedições, o objetivo do

Auditório da Livraria Cultura durante mesa redonda do livro

livro é narrar a ocupação do Estado para o leitor comum. O livro *Nos caminhos da biodiversidade paulista* está disponível na Livraria Cultura por R\$ 100,00. Mil exemplares serão distribuídos pela SMA para bibliotecas, e escolas, entre outras entidades.



ajudar a nossa natureza para que amanhã a gente possa ter água com fartura, alimento com fartura. ▶

Depoimento dado ao programa de rádio Sintonia Verde. Para ouvir outros relatos e saber quais as rádios que transmitem o programa acesse: www.ambiente.sp.gov.br

LUCIANO DÁ O RECADO

“Eu estou aqui para mandar um recadinho para vocês. Sobre a preservação do meio ambiente. A gente fica vendo aí várias matérias, lendo todos os dias como que está isso hoje no mundo. Você vê que grandes países não se preocupam muito, preocupam-se muito mais com o crescimento econômico do seu país e esquecem que seu crescimento presente é na verdade a destrui-

ção do amanhã para teus filhos, para a próxima geração. É aquela pessoa que pensa assim: Pôxa, se ele joga papel na rua, eu também vou jogar. Não pense assim. Quando for comprar sua revista, fale ‘não precisa de sacolinha, estou levando na mão’. Acho que essas pequenas atitudes, juntando todas, se tornam uma grande atitude, uma forma de, de repente, se conscientizar e

Pedro Calatão

Pedro Calatão

Divulgação



www.ambiente.sp.gov.br/mataciliar

EXPEDIENTE: O Jornal Mata Ciliar é uma publicação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo e produzido pela SK&C Editora Ltda. **Diretor:** Lie Liong Khing - **Editora:** Denise Góes - MTb: 14.329 - **Reportagem:** Maura Campanili. Conceitos e opiniões emitidos por entrevistados e colaboradores não refletem, necessariamente, a opinião do jornal e de seus editores. Para obter mais exemplares do jornal, entre em contato conosco ou procure nos locais de distribuição, relacionados no site www.ambiente.sp.gov.br. **Textos podem ser reproduzidos, citando a fonte: Jornal Mata Ciliar/SMA.**